

Diário do Legislativo de 02/09/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

2 - ATAS

2.1 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 1/2007

Cargo: Analista Legislativo - Taquígrafo - Cód. 240

Gabarito da Prova Objetiva Realizada em 31/8/2008

Questão 1: A	Questão 16: C	Questão 31: D	Questão 46: C
Questão 2: A	Questão 17: D	Questão 32: A	Questão 47: C
Questão 3: C	Questão 18: D	Questão 33: B	Questão 48: C
Questão 4: B	Questão 19: C	Questão 34: D	Questão 49: B
Questão 5:	Questão	Questão	Questão

D	20: D	35: B	50: B
---	-------	-------	-------

Questão 6: A	Questão 21: A	Questão 36: C	Questão 51: A
-----------------	------------------	------------------	------------------

Questão 7: C	Questão 22: C	Questão 37: B	Questão 52: A
Questão 8: D	Questão 23: D	Questão 38: B	Questão 53: D
Questão 9: A	Questão 24: A	Questão 39: B	Questão 54: A
Questão 10: B	Questão 25: B	Questão 40: D	Questão 55: A
Questão 11: C	Questão 26: D	Questão 41: A	Questão 56: D
Questão 12: C	Questão 27: C	Questão 42: C	Questão 57: B
Questão 13: B	Questão 28: A	Questão 43: B	Questão 58: B
Questão 14: C	Questão 29: D	Questão 44: D	Questão 59: D
Questão 15: B	Questão 30: A	Questão 45: D	Questão 60: C

ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/8/2008

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a homologação e a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada no Estado de Roraima, efetivadas por meio de decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Djacir Melquior da Silva, Cacique da Tribo Macuxi; Antônio Eduardo Serqueira de Oliveira, Coordenador do Conselho Indigenista Missionário - Regional Leste - e Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador de Justiça e Coordenador do CAO-Conflitos Agrários, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2008.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite - Célio Moreira - Fábio Avelar.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/8/2008

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Lafayette de Andrada, Sebastião Helvécio e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" de 19/8/2008: ofícios das Sras. Soiara Suziney Xavier e Carla Rafaela Arthemalle, e Soiara Suziney Xavier e do Sr. Max Fernandes dos Santos, respectivamente, Gerente de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, Gerente Regional de Negócios, e Gerente, da Caixa Econômica Federal; e dos Srs. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Reynaldo Fernandes, Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Juliano Fisicaro Borges, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social, e Antônio Eduardo de Noronha Amabile, Subsecretário de Trabalho, Emprego e Renda. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 327/2007 (Deputado Sebastião Helvécio); 2.122, 2.123 e 2.576/2008 (Deputado Agostinho Patrús Filho); 2.174 e 2.573/2008 (Deputado Lafayette de Andrada); 2.352/2008 (Deputado Antônio Júlio); 2.575/2008 (Deputado Zé Maia); 2.614/2008 (Deputado Jayro Lessa) no 1º turno. Registra-se a presença do Deputado Agostinho Patrús Filho. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.523/2007 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho); 2.219/2008 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); 2.220/2008 (relator: Deputado Sebastião Helvécio) e 2.298/2008 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes, em virtude de redistribuição) na forma do vencido no 1º turno; 2.451/2008 (relator: Deputado Sebastião Helvécio) e 2.452/2008 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho). O Deputado Antônio Carlos Arantes se retira da reunião. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.888/2007 na forma do Substitutivo nº 3, e pela rejeição dos Substitutivos nºs 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 2, da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais; 2.174/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 2.573/2008 (relator: Deputado Lafayette de Andrada); 327/2007 (relator: Deputado Sebastião Helvécio) e 2.614/2008 (relator: Deputado Sebastião Helvécio, em virtude de redistribuição) na forma dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 2.575/2008 (relator: Deputado Zé Maia) e 2.576/2008 (relator: Deputado Agostinho Patrús Filho). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.164/2008, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Zé Maia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão

para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2008.

Zé Maia, Presidente - Elisa Costa - Lafayette de Andrada - Jayro Lessa.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/8/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada e Antônio Carlos Arantes (substituindo o Deputado Agostinho Patrús Filho, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Resolução nº 2.211/2008 e Projetos de Lei nºs 1.233/2007, 2.267, 2.268 e 2.299/2008 (Deputado Antônio Carlos Arantes); 2.300, 2.346, 2.425 e 2.491/2008 (Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.211/2008 e dos Projetos de Lei nºs 1.233/2007, 2.267, 2.268 e 2.299/2008 (relator: Deputado Antônio Carlos Arantes) e 2.300/2008 (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.346, 2.425 e 2.491/2008 (relatora: Deputada Gláucia Brandão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão - Gilberto Abramo.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/8/2008

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros e Antônio Júlio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Leonardo Moreira. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.311/2008, em 1º turno, e designa o Deputado Délio Malheiros relator da matéria. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a inobservância da Lei nº 14.689, de 30/7/2003, que dispõe sobre a informação ao consumidor de alteração no peso, no número de unidades ou no volume de produto comercializado no varejo. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Amauri Artimos da Matta, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor; Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon da Assembléia Legislativa; Stael Christian Riani Freire, Coordenadora do Procon Municipal; José Luiz Foureaux, Diretor de Metrologia Legal do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais - Ipem-MG -; Andréa Gilbert de Lima, Gerente Jurídica da Associação Mineira de Supermercados - Amis -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Leonardo Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2008.

Délio Malheiros, Presidente - Célio Moreira.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/9/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto ou serviço. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de pedido de financiamento habitacional devido à inclusão do nome em cadastro de proteção ao crédito. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 2/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 45/2008, dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão; Projetos de Lei nºs 899/2007, do

Deputado Délio Malheiros; 2.333 e 2.499/2008, do Deputado Padre João; 2.594/2008, da Deputada Ana Maria Resende; 2.603/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.637/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.644/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.659 e 2.680/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.684/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.665/2008, do Deputado Célio Moreira; 2.672 e 2.674/2008, do Governador do Estado; 2.683/2008, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 2/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.817/2008, do Deputado Vanderlei Miranda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 2/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.457/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.479/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.630/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimento nº 2.824/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 2/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 530/2007, do Deputado Padre João.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.426/2007, do Deputado Paulo Guedes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.555/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.600/2008, do Deputado Fábio Avelar.

Requerimento nº 2.826/2008, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 2/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 116/2007, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.484/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

Requerimento nº 2.816/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 3/9/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 2/9/2008, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Veto Total à Proposição de Lei nº 18.515, que proíbe a cobrança de consumação mínima por fornecedor de produto ou serviço; e dos Projetos de Lei nºs 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97; 327/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Domingos do Prata os imóveis que especifica; 1.523/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Capitólio o imóvel que especifica; 1.985/2008, do Deputado Délio Malheiros, que proíbe o indeferimento de pedido de financiamento habitacional devido à inclusão do nome em cadastro de proteção ao crédito; 2.050/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pedralva o imóvel que especifica; 2.219/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.220/2008, do Deputado Doutor Rinaldo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Divinópolis o imóvel que especifica; 2.301/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; 2.455/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Otôni imóveis que especifica; 2.456/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição do Pará imóvel que especifica; 2.474/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à União o imóvel que especifica; 2.573/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Roque de Minas os imóveis que especifica; 2.575/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica; 2.576/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Córrego do Bom Jesus os imóveis que especifica; e 2.614/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibiá os imóveis que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 1º de setembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2008, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de promover o lançamento do Plano Safra 2008, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 18.590

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Gilberto Abramo, Lafayette de Andrada e Padre João, membros da

supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2008, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2008.

Delvito Alves, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as Deputadas Gláucia Brandão, Maria Lúcia Mendonça e Rosângela Reis e os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Bráulio Braz, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, Deiró Marra, Délio Malheiros, Dimas Fabiano, Durval Ângelo, Elmiro Nascimento, Eros Biondini, Fábio Avelar, Getúlio Neiva, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares, Hely Tarquínio, Juninho Araújo, Lafayette de Andrada, Luiz Tadeu Leite, Padre João, Paulo Cesar, Ronaldo Magalhães, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Vanderlei Miranda e Weliton Prado, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 2/9/2008, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer Para Turno Único do Projeto de Lei nº 2.641/2008, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2008.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial dos Aeroportos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Gil Pereira, Gustavo Valadares e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 2/9/2008, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar o relator.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2008.

Bráulio Braz, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos proferidos em 27/8/2008

O Deputado Ruy Muniz* - Sr. Presidente, colegas Deputados, público da TV Assembléia, é com muita tristeza que ocupo esta tribuna hoje para manifestar o nosso repúdio a essa campanha difamatória que os jornais "O Tempo" e "Super" vêm fazendo contra minha pessoa e uma empresa que nós dirigimos com muita honra e muito orgulho. Quero pedir a atenção de vocês por 15 minutos.

Todos nós aqui presentes conhecemos bem de perto as conseqüências que a opção pela política acarreta em nossa vida. A partir do momento em que nos tornamos mulheres e homens públicos, somos forçados a abrir mão de várias atividades pessoais e profissionais para nos dedicarmos, quase que exclusivamente, ao trabalho comunitário, e cuidarmos do coletivo. Afinal, é para isso que fomos eleitos. Passamos então, por opção, a ter menos tempo para nos dedicarmos a nossas profissões e a nossos negócios; a ver menos os nossos filhos, nossas esposas e maridos e a cada vez menos poder cuidar de nós mesmos. Temos de estar disponíveis 24 horas por dia, domingos e feriados, sempre que um eleitor bate à nossa porta ou liga no nosso telefone. Não é uma vida fácil como muitos pensam, mas foi a vida que escolhemos e que nos possibilita, apesar dos percalços, a oportunidade rara de servir a nossos irmãos e a trabalhar pelo desenvolvimento de nossas cidades, de nossas regiões e de nosso Estado. Todos nós que ocupamos uma dessas cadeiras no Parlamento de Minas Gerais chegamos até aqui porque temos serviços prestados ao nosso povo e porque tivemos esse trabalho reconhecido e aprovado pelo julgamento mais legítimo que existe: o resultado das urnas. Mas a opção pela vida pública na maioria das vezes nos cobra um preço muito caro. Quase todos os aqui presentes sabem muito bem disso. Adversários rancorosos e temerosos pela perda de espaço que o surgimento de uma nova liderança pode representar costumam usar métodos e artimanhas absurdas para tentar denegrir a imagem, manchar a trajetória e, com isso, num ato de desespero, tentar conter o crescimento político de quem os ameaça. Comigo não tem sido diferente. Desde que fui eleito em 2004 o Vereador com a maior votação na história de Montes Claros, tenho experimentado a ira e o veneno de adversários rancorosos. No início, fui acusado de crime eleitoral. Com a tentativa frustrada depois que o TRE me deu ganho de causa por seis votos a zero, meus perseguidores mudaram de tática. Agora que sou candidato a Prefeito de Montes Claros e com um bom desempenho nas pesquisas já divulgadas, o desespero deles aumentou. Sem conseguir atingir-me, porque não havia munição para isso, passaram a plantar denúncias infundadas contra a Soebras, associação filantrópica sem fins lucrativos, que atua principalmente na área de educação. Sou um de seus idealizadores e participei ativamente de sua gestão e de seu processo de crescimento. Mesmo estando hoje afastado da diretoria da entidade, desde que assumi minha cadeira aqui na Assembléia e participando apenas como associado, escolheram a Soebras como alvo, entidade que gera quase 4 mil empregos diretos e faz a gestão de 33 escolas e faculdades em Minas Gerais e no Distrito Federal, entre elas o sistema de ensino Promove, as Faculdades Kennedy aqui em Belo Horizonte, a Unicsesp e Unibrasília, na Capital Federal. A Soebras é reconhecida nacional e internacionalmente por sua excelência e capacidade de administração de instituições de ensino. Como entidade filantrópica, possui mais de 6 mil bolsistas entre os seus mais de 30 mil alunos. Somente em 2007 investiu R\$24.000.000,00 em filantropia, como mostra o seu balanço social, que deixo aqui na Mesa desta Assembléia. Disponibilizarei esse relatório de 250 páginas para o Sr. Presidente, para todos os colegas Deputados e para a imprensa, que poderá acompanhar com detalhes informações técnicas de todos os trabalhos que a Soebras realiza em Minas Gerais. A prestação de serviços não se resume à concessão de bolsas. Somente no ano passado foram atendidas mais de 50 mil pessoas em áreas como odontologia, fisioterapia, medicina e fonoaudiologia. Os projetos de assistência social beneficiaram 5.100 pessoas no ano de 2007, sendo muitas delas de forma permanente, em projetos que são realizados há muitos anos, como o da Caminhada Saudável, o Projeto Educação Popular, que leva cursos pré-vestibulares e pré-concursos para moradores de bairros da periferia de Montes Claros. Todos esses cursos são gratuitos. Todas essas ações de enorme alcance social são de conhecimento do governo federal, que recebe relatório constante sobre essas atividades. Como associado atuante, não posso negar que o trabalho exemplar desenvolvido pela Soebras me enche de orgulho. A entidade é tão séria que, por

sua credibilidade e resultados, foi escolhida pelo Ministério Público de Minas Gerais para ser a nova gestora da mundialmente conhecida Fundação Hilton Rocha, que estava sendo fechada em 2005. Vendo a nossa competência na Kennedy, nossa competência em Curvelo, o Ministério Público ofereceu-nos a Fundação Hilton Rocha, que estamos gerindo hoje. Lá são atendidas 500, 600 pessoas por dia e trabalham mais de 70 médicos. Todos os processos de oftalmologia são realizados, até o transplante de córnea. A residência médica também pode ser feita lá. É essa importante instituição, de grandes serviços prestados, que é motivo de orgulho para todos os mineiros e, em particular, para o povo de Montes Claros, cidade onde ela surgiu, que nos últimos dias vem sendo alvo sistemático de mentiras e denúncias vazias por parte de dois tablóides de menor credibilidade, "O Tempo" e o "Super", que pertencem ao ex-Deputado Vittorio Medioli, político em declínio, do qual todos vocês aqui presentes certamente já ouviram falar muito em questões obscuras as quais preferimos não lembrar. É importante registrar que o dono desses tablóides era o Presidente Regional do PV até alguns meses atrás; hoje ele faz parte da executiva e disputa as eleições na cidade de Betim, que integra a coligação de um dos meus adversários na campanha política para a Prefeitura de Montes Claros. Nos últimos três dias, os dois tablóides, que aliás estão sendo distribuídos de graça em Montes Claros, exibiram reportagens fantasiosas com insinuações e denúncias falsas e absurdas. Aliás, meus amigos, o jornal "O Tempo" tem uma circulação de 200 exemplares, e o "Super", 2 mil exemplares. Estão distribuindo cerca de 20 mil exemplares diariamente. A quem interessa essa campanha e essa calúnia?

Quero, desta tribuna, não em meu nome, já que não estou sendo investigado e não respondo a nenhuma denúncia, nem muito menos sou alvo de qualquer inquérito na Polícia Federal, como tentam insinuar as reportagens encomendadas e publicadas nos dois jornais, à frente da Associação Educativa do Brasil - Soebras. Na condição de associado, venho rebater, com fortes argumentos e com muitos documentos, todas as mentiras inventadas pelos tablóides.

O Deputado Agostinho Patrús Filho (em aparte)* - Estou acompanhando atentamente, Deputado Ruy Muniz, o seu pronunciamento e entendo a sua indignação diante das matérias que estão sendo veiculadas. Acredito que a Justiça, ou melhor, os Promotores da Promotoria Pública irão tomar as medidas. Solidarizo-me com V. Exa. neste momento em que as denúncias estão sendo levantadas e articuladas, mas não poderia deixar de defender uma pessoa como o ex-Deputado Vittorio Medioli, um homem que, durante seus mandatos na Câmara Federal, sempre honrou as tradições mineiras, os melhores costumes dos mineiros. Assim como V. Exa., é ele um empresário eficiente na gestão de seus negócios, produz riquezas e dá empregos, além de desempenhar um trabalho social importante. Ele não só participa do PV, mas também é um dos membros importantes do nosso partido, apesar de nunca ter sido o nosso Presidente. Não acredito que essa articulação tenha vindo do PV, uma vez que esse partido nem sequer tem candidato em Montes Claros, pois apóia um outro candidato.

Não é do feito do jornal "O Tempo" e, principalmente, do seu maior acionista, o ex-Deputado Federal Vittorio Medioli, esse tipo de ação e de articulação. Vittorio Medioli tem procurado, nos seus negócios, pautá-los pela ética, assim como faz nas outras áreas de sua vida. Eu, como Líder do PV na Assembléia, quero pedir a V. Exa. que repense a sua acusação. Sei que é um momento tenso, de disputa política, de acirramento das questões políticas no Município, que muitas vezes nos atingem diretamente, mas peço a V. Exa. que repense as considerações que fez ao PV. É justamente por conhecer o nosso partido e por conhecer o ex-Deputado Vittorio Medioli, um membro importante do nosso partido, que tenho certeza de que essas informações que estão sendo passadas não são do feito do nosso partido e da característica do ex-Deputado Vittorio Medioli.

Conheço o trabalho de V. Exa. e o carinho que tem pelo PV, portanto solidarizo-me com tudo o que está acontecendo, mas peço a V. Exa. que, neste momento político de tensão, reconsidere as acusações feitas ao PV e ao ex-Deputado Vittorio Medioli, para que ambos sejam preservados até que os fatos se esclareçam. Muito obrigado.

O Deputado Ruy Muniz* - Deputado Agostinho Patrús Filho, concordo com V. Exa. no que diz respeito ao PV, que é um grande partido, que tem a nossa admiração. No entanto, tenho comigo uma gravação, que posso disponibilizar para V. Exa. e para todos do diretório do PV, sobre o envolvimento direto do Sr. Luiz Tito, Vice-Presidente de "O Tempo", pressionando o distribuidor e dizendo a eles para buscarem suporte nas pessoas dos Deputados Luiz Tadeu Leite e Gil Pereira a fim de que eles facilitem a distribuição dos jornais.

Não faz sentido algum o PV estar envolvido na denúncia, concordo com V. Exa. e retiro a acusação que fiz ao PV, mas, quanto à pessoa do Luiz Tito e, conseqüentemente, quanto à pessoa do seu chefe, do seu Presidente, não posso fazer o mesmo porque tenho prova material disso, prova que será disponibilizada para o Ministério Público e para a Justiça.

Gostaria de concluir a leitura do meu relatório, Deputado Durval Ângelo, senão o meu tempo acaba. Não existe nenhum tipo de devassa sendo realizada na Soebras, que, pelo simples fato de ser filantrópica e assinar convênios com o governo federal, é alvo permanente de fiscalização por parte de órgãos como o Ministério do Trabalho, o INSS e a Controladoria-Geral da União, fiscalizações essas que a associação considera importantes para garantir uma gestão séria e eficaz. Quando um jornal divulga que o Deputado Ruy Muniz deu um golpe de R\$100.000.000,00 na Previdência, o que ocorre é o seguinte: o Fiscal do INSS, em 2004, fez uma estimativa de que, de 1994 a 2004, se a Soebras tivesse pago as contribuições previdenciárias relativas à cota patronal, teria contribuído com R\$100.000.000,00 à Previdência. Mas ela é filantrópica e continua sendo; portanto, não é devedora, e isso não passa de ilação.

Um ofício da Controladoria-Geral da União, que coloco à disposição dos senhores, informa a realização da fiscalização e explica que foi feita em todas as instituições com o mesmo caráter da Soebras. A CGU fiscaliza Prefeituras e todas as entidades filantrópicas e nunca encontrou uma irregularidade. A Soebras tem todas as certidões. Eles falam que a Soebras não paga o Fundo de Garantia há seis meses. Estão aqui a CND do Fundo de Garantia, a certidão negativa de todos os órgãos, o certificado de regularidade do FGTS, tirado ontem, 6 de agosto, e válido até 23 de setembro. A cada dois meses se retira uma CND do Fundo de Garantia de todos os órgãos, do Ministério da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal, certidão negativa, certidão de quitação de ISS, todos os tributos.

Recentemente, a Soebras ganhou uma concorrência da Anac, em Brasília, para fazer a capacitação dos operadores de vôo aprovados no último concurso. Se a Soebras tivesse qualquer irregularidade, não poderia contratar com o governo federal. Portanto, esses dados são totalmente inverídicos. O jornal chega ao ponto de estampar a manchete "Sonegação de Impostos", ao mesmo tempo que, no seu texto, diz: "Por ser uma entidade filantrópica, a Soebras está isenta de pagamento de impostos federais". Essa matéria é totalmente encomendada, com fatos de 1991, 2001, 2004. E o povo de Montes Claros sabe, por isso nossa campanha está crescendo, e, com certeza, iremos para o segundo turno, participando, com muita alegria, da gestão de uma das melhores e maiores cidades de Minas Gerais.

Antes de encerrar minhas palavras, Presidente, gostaria de lembrar, principalmente a meus adversários, que eles têm mesmo razões para o desespero. Nenhuma trama armada por eles ou por quem quer que seja vai-me desviar do meu destino, que é o de governar Montes Claros e ser o melhor Prefeito da história da cidade. Velhas práticas políticas de rancor e perseguição já não combinam com uma cidade que é hoje um dos principais pólos universitários do Brasil e que vai-se desenvolver muito mais na minha gestão.

Vou enterrar, com a minha vitória, não só um tipo de política, mas também os políticos velhos e ultrapassados e, junto, os inoperantes e incompetentes. Ao encerrar, não posso deixar de citar um episódio que muito me entristeceu nos últimos dias, mais até do que as injúrias e calúnias dos tablóides que, por si só, por inconsistência, não vão passar de barulho. O que me deixa profundamente triste são as fortes evidências e até provas que confirmam a participação direta de colegas desta Casa na trama armada contra mim, o que considero lamentável, meus colegas. Obrigado, Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Rosângela Reis - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, nobres pares Deputados e Deputada Maria Lúcia, imprensa presente, aqueles que me ouvem pela TV Assembléia, saúdo a todos.

Desde o início do meu mandato parlamentar, como Vereadora em Ipatinga, passei a incentivar os Municípios do Vale do Aço a fazer uma avaliação de suas necessidades e a buscar, em conjunto, algumas soluções para garantir um desenvolvimento sustentável em nossa região, o nosso querido Vale do Aço. No ano passado, participei ativamente da implantação da Região Metropolitana do Vale do Aço, instituindo a Assembléia Metropolitana, e levei a Ipatinga três Comissões da Assembléia para discutir novas possibilidades de geração de emprego e renda a partir da preservação ambiental.

Este ano, já preocupada com a grande expansão industrial que se anunciava, levamos àquela cidade comissões para discutir vários assuntos, como saúde e segurança pública. Essas são áreas em que os investimentos, por maiores que sejam, costumam ficar aquém das necessidades e que, diante de um crescimento acelerado, costumam sofrer grandes impactos.

Além disso, como representante da Assembléia Legislativa no Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda, pudemos trabalhar a importância da qualificação profissional e a formação da mão-de-obra, hoje tão necessária para que essa expansão conte com a estrutura necessária. Somente a nova usina que será construída na região gerará 16 mil novos empregos indiretos durante as obras e 3.500 postos de trabalho após o início da operação.

Por meio de correspondência enviada pelo Presidente da Usiminas, Dr. Marco Antônio Castello Branco, tomamos conhecimento da terceira usina, que será construída em Santana do Paraíso, ex-Distrito de Mesquita, minha terra natal, com a qual mantenho laços políticos e afetivos.

A nova usina de placas terá capacidade para produzir 5.000.000t de aço por ano e tem previsão para entrar em funcionamento em 2011, o que não deixa de significar um avanço para Ipatinga e toda a região do Vale do Aço. Além de gerar emprego e renda, essa usina contribuirá para a distribuição da riqueza gerada na região.

Além disso, a empresa expandirá a produção da Usina Intendente Câmara, de Ipatinga, e construirá um aeroporto no Distrito de Revés do Belém. É um aeroporto industrial, no Município de Bom Jesus do Galho, a 34km de Ipatinga. Deve ser a segunda maior pista de pouso do Estado e pode entrar em operação em agosto do próximo ano. Grande parte do investimento de US\$9.000.000.000,00 da empresa no Estado será feita no Vale do Aço.

Evidentemente, é um grande projeto que terá impactos em diversas áreas e setores, como o ambiental, o de trânsito e o social, mas tenho certeza de que os executivos e técnicos do sistema Usiminas saberão conduzir o processo com os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e com as novas tecnologias disponíveis no mercado para minimizá-los.

O próprio Presidente Marco Antônio Castello Branco, ao apresentar o projeto da empresa a Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil, na semana passada, expôs a necessidade de se garantir a rápida duplicação do trecho de 308km da BR-381, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares. Trata-se de uma rodovia estratégica para o escoamento da produção industrial do Leste de Minas, onde estão localizadas empresas como a Usiminas, a Cenibra, a Arcelor Mittal e, agora, a Aracruz Celulose.

Também nós, Deputados e Deputadas que compomos a Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381, estamos reforçando o pedido de garantias à Ministra, para que não haja mais atrasos na licitação desse projeto tão importante para Minas e o País. Pedi a instalação dessa Frente logo no início de nosso mandato na Assembléia Legislativa por acreditar que a duplicação da BR-381 já constituía uma urgência, diante do grande fluxo de veículos que circulam - mais de 15 mil por dia (número constatado em 2007) -, por esse trecho com traçado perigoso e alto índice de mortes.

Hoje está claro que a urgência da obra se faz ainda maior, com a já iniciada expansão industrial. Entretanto, a Frente Parlamentar pretende não apenas garantir o início das obras, mas também a sua qualidade, que pretendemos monitorar até o fim.

Minha proposta para o Vale do Aço continua sendo a mesma. Temos de examinar as cidades à luz de uma realidade regional, em que os limites entre um Município e outro praticamente inexistem diante da conurbação provocada pelo acelerado processo de desenvolvimento e crescimento urbano. Tenho certeza de que as transformações previstas beneficiarão toda a região. Por isso essa é uma grande vitória para o nosso querido Vale do Aço! Obrigada.

O Deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, telespectadores da TV Assembléia, gostaria de abordar hoje um assunto importante que tem sido trazido à discussão pelo jornal "Estado de Minas". Uma série de reportagens foram publicadas por esses dias nesse grande jornal de Minas Gerais sobre o desperdício na saúde, ou seja, o desperdício de recursos públicos nesse setor tão empobrecido, o que, na realidade, causa tanta sofrimento à população brasileira.

Sr. Presidente, o jornal aborda um tema que não é novidade. Na sua primeira reportagem, cita um volume de equipamentos que estão sendo sucateados em diversas instituições do Estado de Minas Gerais e, naturalmente, em todo o Brasil. Na realidade, são equipamentos de toda espécie, como aparelhos de raios X, mamógrafos, de UTIs - UTIs de adulto e neonatal -, material cirúrgico, mobiliários de hospitais e de unidades de saúde, que são enviados a diversos Municípios. Alguns deles são equipamentos sofisticados que, se não forem utilizados corretamente e em tempo hábil, naturalmente vão ficando totalmente deteriorados. Muitos deles não são nem desmontados e vão-se deteriorando. Isso leva a um prejuízo enorme de dinheiro para o País e o Estado e, naturalmente, a uma indignação por parte da população que muitas vezes precisa desses equipamentos, que são úteis, de boa qualidade, e não são utilizados em razão de uma série de equívocos. Hoje, o jornal publicou a perda de recursos e menciona um valor acima de R\$3.000.000.000,00 em uso inadequado e indevido de programas de saúde, especificamente o PSF. No primeiro caso, Sr. Presidente, sabemos disso, temos notícia, eu mesmo já presenciei isso em vários Municípios. Caixotes empilhados em um canto nos hospitais, sem utilização. Perguntamos o que é aquilo, e respondem que é um equipamento que veio não sabem de onde. Veio de onde? Veio do Ministério Público, pode ter vindo da Secretaria de Saúde e não foi utilizado. Está lá sem uso, sem utilidade nenhuma, sem previsão de uso. Essa é uma triste realidade do nosso país. Estamos lutando aqui para viabilizar recursos para a saúde, e, do outro lado, acontece uma situação inexplicável como essa. Isso significa, Sr. Presidente, senhores parlamentares, uma cadeia de equívocos, uma cadeia de erros muito grande. Primeiro, alguém solicitou esse material, que não caiu de pára-quedas; alguém, seguramente, fez o pedido para que o material fosse para certo hospital, certo Município ou certo posto de saúde. O pedido foi aceito por quem de direito. Quem de direito, no caso, é uma entidade técnica, institucional, política, administrativa, de monta, que tem recursos e condições para enviar para determinado lugar, para uma cidade como aquela um equipamento dessa natureza, caro, difícil de ser enviado para o Município, pois custa muito dinheiro. Então essa instituição, essa entidade que enviou tem poder para isso. Refiro-me ao Ministério da Saúde e a instituições de saúde no âmbito estadual. Alguém recebeu isso lá, encaixotou, guardou e não vai usar. Estava falando sobre essa cadeia de equívocos. Muitas vezes um ente político solicita, porque foi incitado a isso, e, em nível técnico, não é feita uma avaliação da viabilidade do uso do equipamento naquele local, que deveria ser feita. Foi feita uma licitação. O aparelho foi comprado por meio de licitação, foi feito um convênio, o equipamento chegou e não será utilizado. Fica lá indefinidamente, vira sucata e vai para o ferro-velho. É isso que acontece com um material inservível, sem ser utilizado nem uma vez sequer. Isso é o fim, é um absurdo.

Avaliei isso hoje com os demais membros da Comissão de Saúde. Quando há doação de uma área de terreno em cidade ou em meio rural do

poder público para um Município, uma entidade ou uma instituição, há o que chamamos de cláusula de reversão. Se o terreno não for utilizado corretamente, será devolvido ao agente de origem, que fez a doação. Ele é devolvido, então não há prejuízo, pois o terreno reverteu ao proprietário antigo, a doação foi desfeita. No caso da saúde, deveríamos ter um mecanismo semelhante. Se o equipamento foi para uma determinada cidade ou instituição de saúde, como hospital, e não foi utilizado em determinado prazo, ele deveria voltar a sua origem a fim de que seja utilizado - não reutilizado, porque não foi utilizado nem uma vez - onde tem utilidade, onde será útil ao bem-estar e à saúde da população. Então estamos avaliando, na Comissão de Saúde, o que fazer diante de uma situação como essa, extremamente delicada e grave. Isso demonstra que o problema da saúde não é apenas a falta de recursos, mas também o que chamamos de má gestão. Esse é o exemplo mais característico, típico, límpido e cristalino de incompetência na gestão. Falamos em corrupção, mas isso muitas vezes causa mais prejuízos, já que são gastos milhões e milhões. O jornal cita cifras astronômicas para exemplificar o que estou dizendo.

Na segunda situação, Sr. Presidente, a matéria faz uma análise do uso do dinheiro público em programas de saúde, especificamente o PSF, que se transformou em uma espécie de moda na saúde do Brasil. Esse é um programa extremamente eficiente quando bem praticado. Ele é voltado para a prevenção e tem uma enorme abrangência, já que pressupõe a existência de uma equipe multidisciplinar, com profissionais desde o agente de saúde até o médico, passando pela auxiliar de enfermagem, pela enfermeira, pelo dentista, e outros. Sua proposta é acompanhar uma região rural ou urbana de determinado Município, propiciando à população uma saúde plena, não apenas cuidando do que chamamos de doença dos pacientes, mas, muito mais que isso, indo até o domicílio das pessoas, cadastrando todos que vivem na região - sexo, idade, atividade - e orientando, Sr. Presidente, a comunidade para trabalhar com a saúde preventiva sob todos os aspectos. O acompanhamento, portanto, é contínuo, o que realmente muda o perfil de uma região. Esse procedimento naturalmente traz informações preciosas e leva para as pessoas orientações mais precisas, cuidadosas, zelosas, que, se assimiladas, poderão mudar a condição de vida das pessoas, o que é extremamente importante em um país como o nosso, pobre, com tantos problemas sociais, de toda ordem. Entretanto, para isso acontecer, Sr. Presidente, é preciso haver uma equipe preparada e capacitada. Não basta dizer que abrirão equipes de PSF e contratarão os profissionais. É uma ilusão pensar que poderemos medir a qualidade da saúde do Brasil a partir do número de equipes de PSF que o País, uma cidade ou um Estado possuem. Nunca poderá ser assim, mas lamentavelmente estão agindo dessa forma: existem tantos PSFs, então a saúde está boa. Não é assim. Estamos vendo - e essa reportagem mostra isso claramente - que se não tivermos profissionais capacitados, não adianta abrimos PSFs. Aí iremos deparar com outra situação paradoxal no Brasil: em um país com tantas faculdades de Medicina - a toda hora se está abrindo uma -, não existe o profissional médico para suprir as deficiências em alguns setores da atividade de saúde. É muito bom isso acontecer agora. É necessário que a imprensa, de forma correta e séria, chame a atenção da população do Estado e de suas autoridades sanitárias, a fim de que essa situação seja coibida. O jornal "Estado de Minas" traz a informação de que quase R\$4.000.000.000,00 são gastos nas equipes de PSF de forma inadequada, já que elas são incompletas. Contratam o agente de saúde e, muitas vezes, param por aí, porque não há os outros profissionais para contratar. E o recurso é repassado da mesma maneira. Ainda ficamos sabendo que, além dos salários, vamos dizer, totalmente fora da realidade do nosso país, que são oferecidos aos profissionais médicos - por exemplo, salários acima de R\$10.000,00, R\$12.000,00 -, são oferecidos mais domicílio e outras condições. Quer dizer, isso retira os recursos do PSF para que o profissional tenha o recebimento. Mas o problema não é exatamente esse, e sim, que muitas vezes os profissionais ou a equipe que é montada dessa maneira não preenchem, nem de longe, os requisitos mínimos para o funcionamento adequado do PSF. Então eu gostaria de chamar a atenção, Sr. Presidente. Nós, da Comissão de Saúde, vamos tomar algumas medidas, naturalmente depois de uma discussão ampla, a respeito dessa questão. Entendemos que o PSF não pode de maneira alguma ser desmoralizado. O PSF é um grande suporte para o sistema de saúde do País, e tem de ser muito bem utilizado. Onde ele é bem utilizado ele muda totalmente o panorama da saúde na região, com consideráveis quedas da mortalidade infantil e melhoras muito expressivas dos parâmetros que medem a saúde na localidade. Onde o PSF é aplicado com competência, com cuidado e da maneira como deve ser, os resultados são os melhores possíveis, e com grande positividade para a população, que, realmente, se beneficia muito com a utilização de um PSF adequado e competente. Era isso o que queria dizer, Sr. Presidente. Encerro minhas palavras cumprimentando o jornal "Estado de Minas" pela feliz iniciativa de publicar uma série de reportagens, como as que estão sendo publicadas agora, tão importantes para o nosso Estado e para o povo de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Assembléia, amigos que nos acompanham hoje nas galerias, telespectadores da TV Assembléia espalhados por mais de 300 Municípios do nosso Estado, hoje senti-me imbuído da obrigação e do desejo de comentar sobre o Aeroporto Internacional Tancredo Neves e o Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte. Amanhã haverá uma audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor, justamente para debatermos sobre o pouso de aeronave de grande porte no Aeroporto da Pampulha e a transferência de vôos do Aeroporto Internacional de Confins para Belo Horizonte, no Aeroporto da Pampulha.

Sr. Presidente, fomos um daqueles que acompanharam de perto esse novo tempo que o Aeroporto Internacional Tancredo Neves está vivendo. Não só o aeroporto, mas, a partir desse novo tempo de desenvolvimento, de crescimento por meio do aumento significativo do número de vôos, pousos e decolagens nesse aeroporto, estamos vendo o desenvolvimento de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte e de todo o nosso Estado de Minas Gerais. E vou explicar por quê.

Nosso pronunciamento, Sr. Presidente, vem com uma preocupação. Foi feito aqui um trabalho árduo, com a participação ativa de todos os parlamentares desta Casa, para que o Aeroporto Tancredo Neves voltasse a exercer seu papel inicial, cumprindo o objetivo para o qual foi criado. Um aeroporto de grande porte, internacional, dos mais modernos, privilegiado no aspecto meteorológico, praticamente não sendo necessário o seu fechamento por problemas de meteorologia e com uma vantagem acentuada também em termos de localização geográfica. Porém, se torna iminente o perigo de um retrocesso, ao voltarem para o Aeroporto da Pampulha os vôos nacionais, inclusive aqueles que fazem escala no Rio ou em São Paulo, podendo ser internacionais.

Depois de tantos debates, de tanto empenho dos Deputados e do Poder Executivo, retomamos o desenvolvimento de Confins, por meio do Aeroporto Tancredo Neves. Pudemos perceber que o Aeroporto, que estava tão ocioso, voltou a abrir suas lojas e suas salas e a gerar um faturamento estrondoso. As lojas, que estavam sem clientes, voltaram a ter lucro, reacendendo, com isso, o incentivo para novas concessões e locações de espaços.

Somente no setor hoteleiro, Deputado André Quintão, houve um crescimento de 12%, e não só em Belo Horizonte, mas também na região de Lagoa Santa, Confins, Pedro Leopoldo, gerando emprego e renda para centenas de milhares de pessoas, direta ou indiretamente ligadas ao Aeroporto Tancredo Neves.

Com a transferência dos vôos de São Paulo para cá, desde o ano passado tivemos um aumento de quase 3,5 milhões de passageiros por ano. Lutamos também para que os aeroportos do Brasil que tinham menos condições de operar pela falta de segurança, localização, condições meteorológicas, pudessem ceder vôos para Confins, como o Aeroporto de Congonhas. Infelizmente, tivemos de assistir a duas tragédias aéreas para que todo esse nosso empenho para Confins fosse alavancado.

Mas isso não foi motivo de prejuízo para o Aeroporto da Pampulha. Havia um projeto para esse Aeroporto, que era o de incentivar o desenvolvimento dos vôos regionais, uma aptidão e uma condição que Minas Gerais pode dar aos seus passageiros, já que hoje, diferentemente de outros tempos, em que tudo girava em torno das ferrovias, tudo gira em torno dos aeroportos.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Nobre Deputado Eros Biondini, fiz questão de apartear-lo, primeiro, para cumprimentá-lo e demonstrar minha concordância com a linha de raciocínio de V. Exa. Não vou aqui discutir decisões anteriormente tomadas e executadas. Temos uma realidade, que é o Aeroporto de Confins. Um aeroporto muito bem equipado, de uma dimensão razoável, muito forte para o Estado de Minas Gerais, e a decisão efetiva para os últimos anos foi a de potencializar o Aeroporto de Confins. E isso exatamente nessa combinação

com a utilização do Aeroporto da Pampulha, com vocação para vôos regionais, inclusive aliviando os impactos que este, se muito sobrecarregado, traz do ponto de vista ambiental, trânsito, conforto, para os moradores daquela região: Liberdade, São Luiz, São José, Jaraguá, ou seja, o entorno do Aeroporto da Pampulha.

Concordo plenamente, pois, em Minas, temos uma carência enorme de vôos regionais. Se quisermos fazer um deslocamento para o Médio Jequitinhonha, para Araçuaí, que já tem extensão universitária, que já vai ter um Cefet, não podemos. Se quisermos ir a uma cidade-pólo, como Teófilo Ottoni, não há um vôo regional. Se quisermos ir a Muriaé ou a uma cidade importante do Sul de Minas, não há um vôo regional. Acho que temos de estimular a aviação regional, potencializando o Aeroporto da Pampulha para tal e facilitando esse desenvolvimento, cada vez mais, não só com a Linha Verde mas com outras iniciativas, diminuindo, por exemplo, o preço desses vôos. Temos de baratear um pouco o comércio de lanches em Confins. A pessoa que for a Confins e tiver de esperar fica com o bolso vazio. Parece que a Comissão de Defesa do Consumidor tem feito esse levantamento. Mas, sem dúvida, o caminho é potencializar o Aeroporto de Confins, e não retroceder para sobrecarregar o Aeroporto da Pampulha.

V. Exa. demonstra, com esse pronunciamento, um profundo conhecimento e dedicação às questões de Belo Horizonte, pelas quais tanto trabalha. Muito obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Agradeço ao Deputado André Quintão esse belo aparte. É isso mesmo. V. Exa. está coberto de razão. O Aeroporto da Pampulha está na região onde fui criado. Morei na Rua Borges, nº 90, no Jaraguá, até me casar. Hoje moro perto da cabeceira da Cristiano Machado, da cabeceira da pista do Aeroporto da Pampulha, no Bairro Palmares. Percebemos que a vocação do Aeroporto da Pampulha e a vocação de Minas Gerais para vôos regionais pode potencializar ainda mais o desenvolvimento que temos percebido na aviação em nosso Estado. O Aeroporto Internacional Tancredo Neves nos alegra quando estamos voando e chegando, em vários horários diferentes, e percebemos que ali estão pousadas várias aeronaves no local onde, há alguns anos, havia praticamente um deserto. Quando temos a oportunidade de ir a outros Estados e vemos o atraso dos vôos em Congonhas por causa do tráfego aéreo e o perigo dos aeroportos fechando a todo momento, com pistas escorregadias, também o Aeroporto da Pampulha, com o nível de sua pista abaixo da Lagoa da Pampulha, tornando de alto risco o pouso de aeronaves de grande porte, acreditamos que estamos com a faca e o queijo na mão para potencializar o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, que tem muito a crescer, podendo passar a receber 20 milhões de passageiros por ano. O Aeroporto da Pampulha pode ser potencializado para essa vocação regional, incentivado pelo nosso governo e pelas companhias a operarem com aeronaves de pequeno e médio porte, para interligarmos todas as cidades-pólos e as estratégicas do nosso Estado por meio de linhas aéreas. Podemos, com isso, favorecer a classe dos taxistas, a classe dos servidores de hotéis e os demais segmentos, que, em cascata, serão também beneficiados com esse crescimento.

O Deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* - Cumprimento o Deputado Eros Biondini por abordar um assunto de tanta relevância para o momento e para Minas Gerais. Quando o Governador Aécio Neves propôs ativar, com força, o Aeroporto de Confins, criou-se muita discussão e muita polêmica. Algumas pessoas poderiam ter razão em não entender, naquele momento, a proposta do Governador. Ele provou que estava certo. Tanto é que hoje é um sucesso absoluto o Aeroporto de Confins. A decisão em centralizar os vôos no Aeroporto de Confins foi importante, tirando o tráfego da Pampulha. Hoje isso está muito claro. Isso foi fundamental para desafogar o trânsito da Avenida Antônio Carlos. Não podemos criar uma ação que venha trazer mais movimento àquela região. É preciso que se continue desafogando a Antônio Carlos. Como bem disse o Deputado André Quintão, é fundamental a ação do governo, ao valorizar e investir no interior.

O Governador criou o Proaero e está investindo em todos os aeroportos estratégicos regionais, como é o caso de Passos, Guaxupé e Piumhi, que já estão com o projeto bastante adiantado, e logo serão feitas as licitações e depois a obra. Graças a Deus já temos um aeroporto em São Sebastião do Paraíso, da melhor qualidade, com recursos federais viabilizados pelo Deputado Carlos Melles. É fundamental levarmos linhas menores para atender essa região. Se o Aeroporto de Confins está sobrecarregado, precisamos investir mais, como o governo está propondo. Temos visto nos programas do governo a decisão de fazer ampliações no Aeroporto de Confins e levar o desenvolvimento para aquela região, como aconteceu com o Centro Administrativo, com a Linha Verde, que foi um projeto fantástico e uma prova de como foi bem usado o dinheiro público.

Parabéns, Deputado, por abordar um assunto de tanta relevância para o momento. Muito obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Arantes. Quero dizer que a nossa Belo Horizonte é a mais beneficiada porque, para os senhores terem uma idéia, recebemos, de janeiro a maio deste ano, 23.745 estrangeiros, que se hospedaram na nossa Capital. Esse número é significativo e muito superior ao que tínhamos até então. Isso faz crescer o turismo e o comércio. Hoje já conseguimos identificar camisetas com o símbolo de Minas Gerais espalhadas por todo o Brasil, o que mostra a valorização do nosso Estado, principalmente da nossa Belo Horizonte, que é o pivô de todo esse desenvolvimento.

Estivemos em Sidney, na Austrália, para o encontro mundial da juventude e recebemos solicitações sobre as condições do Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Tivemos o orgulho de mostrar uma realidade muito superior às condições anteriores, o que fez com que os jovens de Minas Gerais tivessem condições de participar desse encontro mundial da juventude.

Sr. Presidente, fica a nossa palavra de incentivo para que continuemos empenhados no desenvolvimento do Aeroporto Internacional Tancredo Neves para vôos internacionais. Agora teremos a Copa, fazendo vôos de Confins para o Panamá e as demais companhias aéreas que já estão operando no Chile, no Paraguai e na Argentina. É preciso também desenvolver o Aeroporto da Pampulha para vôos regionais, fazendo com que ele cresça e se modernize para dar aos belo-horizontinos e a todos os mineiros oportunidade de se desenvolverem. Continuaremos acompanhando essa matéria, que para nós é de fundamental importância. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, Deputadas, Deputados, telespectadores que acompanham os trabalhos da TV Assembleia, quero, com alegria, registrar duas comemorações que considero da mais alta relevância para o fortalecimento e a construção da democracia brasileira, particularmente no que se refere aos movimentos sociais, à organização dos trabalhadores e à consolidação de uma cidadania ativa em nosso país.

Faz bodas de prata esta semana, portanto, 25 anos de existência, a CUT. A nossa querida CUT foi fundada em 28/8/83, na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo, no coração do movimento sindical brasileiro, de onde surgiram tantas lideranças importantes, sendo a maior delas o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Naquele momento, aconteceu o primeiro Congresso das Classes Trabalhadoras Brasileiras - Conclat. A CUT surgiu num momento de contestação e transição da ditadura para a democracia, em contraponto ao movimento sindical atrelado aos patrões, ou seja, ao movimento sindical que tinha forte viés assistencialista, paternalista, ainda vinculado à sua origem autoritária das décadas anteriores. Então, tendia ainda à acomodação e, em alguns casos, visava ao arrefecimento dos chamados sindicatos pelegos. A CUT trouxe inovações fundamentais, buscando uma organização de baixo para cima, uma organização por ramo de produção. Enfim, tinha em vista uma organização autônoma e livre dos trabalhadores, rompendo, dessa forma, com uma tradição negativa do movimento sindical brasileiro.

Portanto, associe-me aos companheiros e companheiras que hoje integram milhares de sindicatos filiados à CUT. Desejo, ainda, que a CUT,

bem como as demais centrais sindicais, representem bem a classe trabalhadora brasileira. Se não houver a auto-organização dos trabalhadores, também não haverá respeito aos seus direitos, avanços nas condições de trabalho e na remuneração, nem crescerá a participação do trabalho na renda nacional.

No momento, enfrentamos a divisão tecnológica do trabalho, uma nova forma, um novo impulso do ponto de vista da produtividade. Com isso, muitas vezes os trabalhadores, em vez de se apropriarem dos benefícios desse avanço, poderão ter seu emprego ameaçado ou sua renda diminuída. Portanto, é muito importante que os trabalhadores continuem firmes em sua luta, especialmente no que se refere à sua organização, a fim de fortalecer uma central sindical como a CUT, que é a expressão maior da organização de base, que foi estratégica na construção da democracia brasileira.

Sr. Presidente, nesta semana, além do aniversário da CUT, a ser comemorado no dia 28 de agosto, comemoraremos também 21 anos da Escola Sindical Sete de Outubro, que foi fundada no dia 29/8/87, por iniciativa da própria CUT, com decisiva cooperação dos trabalhadores italianos, que deram contribuições financeiras por meio da Federação Italiana Metalúrgica - FIM -, vinculada à Central Italiana de Sindicatos de Trabalhadores - CISL-IscoS. Essa escola foi decisiva para dar suporte, do ponto de vista de formação política, aos militantes sindicais que se agregavam crescentemente em torno da CUT.

A escola sindical se instalou na região industrial do Barreiro. Há que se destacar também a forte presença dos trabalhadores de Minas Gerais, dos metalúrgicos e dos professores da nossa região industrial da Grande BH, mas também do Vale do Aço, dos trabalhadores rurais, no fortalecimento da luta sindical.

A instalação da Escola Sindical Sete de Outubro no Barreiro, na região industrial, responde exatamente a essa demanda e a essa simbologia que aqui em Minas foi tão forte naquela década. A Escola Sindical Sete de Outubro foi e é uma referência nacional e integra a rede de formação em âmbito nacional da CUT. E, de lá, da Escola Sindical Sete de Outubro, emergiram também lideranças renovadas formadas para o que prega a CUT, o pluralismo sindical, a livre expressão dos trabalhadores, a organização de base e o fortalecimento dos movimentos sociais.

A Escola Sindical Sete de Outubro ultrapassou as fronteiras do movimento sindical e hoje constitui uma referência para o movimento social em geral. Fazemos também aqui questão de, mais uma vez, lembrar e valorizar a importância da Escola Sindical Sete de Outubro no fortalecimento do movimento social, particularmente do movimento sindical brasileiro.

Portanto, aqui da tribuna desta Casa desta Assembléia Legislativa, não poderia deixar de registrar essas duas datas tão importantes: os 25 anos de formação da CUT e os 21 anos da Escola Sindical Sete de Outubro.

Sr. Presidente, neste tempo que me resta, quero fazer um convite a todas as pessoas que acompanham os trabalhos da TV Assembléia, a todos os Deputados e Deputadas para um evento dos mais importantes que Belo Horizonte, a Capital dos mineiros, sediará na próxima semana, com início no dia 2 de setembro. Teremos o Festival Internacional Lixo e Cidadania. Teremos aqui um conjunto de palestras, de reflexões, de atividades culturais e até de assinatura de convênios, de apresentação de avanços tecnológicos para fortalecer a política de resíduos sólidos na perspectiva de um maior respeito ambiental, mas também de inclusão social, com estímulo à coleta seletiva de lixo, por meio da forte participação dos catadores de materiais recicláveis.

Em Belo Horizonte, temos a experiência luminosa e tão bonita da Asmare e de outras cooperativas. Temos também o movimento estadual Lixo e Cidadania, que tanto tem contribuído para essa política pública de resíduos sólidos com inclusão social em todo o Estado de Minas Gerais. Não é por outro motivo que, mais uma vez, Belo Horizonte sediará esse importante encontro com presenças muito expressivas, como de Daniele Miterrand, de Leonardo Boff, do nosso Ministro Patrus Ananias e, provavelmente - aliás, a depender de confirmação da agenda -, do próprio Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Conclamo a todos os integrantes desse movimento que têm essa preocupação social e ambiental a que acompanhem esse festival, que será realizado no Centro Mineiro de Resíduos Sólidos, no final da Avenida dos Andradas, com início marcado para uma caminhada no próximo dia 2, que terá início na Câmara Municipal de Belo Horizonte, dirigindo-se até o Centro Mineiro de Resíduos Sólidos.

Concluindo, Sr. Presidente, aproveito para fazer também um apelo aos Deputados e Deputadas para que agilizemos o projeto de lei que trata da política estadual de resíduos sólidos.

Esse projeto já está em 1º turno, recebeu emendas e está sendo devidamente analisado pela competente e atuante Comissão de Meio Ambiente. Evidentemente, e com a prudência e o cuidado que todas as comissões permanentes desta Casa têm, solicitamos a maior agilidade possível, para que Minas Gerais tenha, em breve, uma política estadual de resíduos sólidos que fortaleça o meio ambiente, a qualidade de vida e propicie a inclusão dos catadores de materiais recicláveis do nosso Estado. Hoje eles são os verdadeiros agentes de defesa do meio ambiente. É unir o útil ao agradável: respeito ambiental e inclusão social. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Zezé Perrella* - Obrigado, Sr. Presidente. Foi com muito susto que todos lemos as matérias publicadas ontem, no jornal "Estado de Minas", sobre as ONGs. Estou preocupado com essas ONGs há alguns anos, desde minha época como Deputado Federal, e ontem as matérias vieram provar tudo aquilo que já imaginávamos acontecer com a maioria dessas ONGs.

Obviamente temos de separar o joio do trigo, uma vez que existem as ONGs sérias. O que está acontecendo no Brasil é talvez um dos assuntos mais sérios neste país. Na minha época de Deputado Federal, havia menos de 3 mil ONGs espalhadas pelo Brasil e, hoje, já são 8.600. Na verdade, uma boa maioria dessas ONGs é feita realmente para desviar dinheiro público. Algumas delas só existem no papel, visto que não possuem sede própria.

O que tenho visto é o Ministério Público não se preocupar com isso, mas esse é talvez um dos assuntos para o qual ele mais deveria dar atenção neste momento. Digo isso porque a maioria dessas ONGs foi montada para roubar dinheiro público. A matéria do "Estado de Minas" mostra isso com muita transparência. A matéria do jornal foi intitulada "O dinheiro da saúde em mãos erradas". (- Lê:)

O repasse irregular feito pelas Prefeituras de verbas federais para ONGs - sobre muitas das quais a população local nunca ouviu falar - acontece porque existem programas que deveriam ser administrados pelas Prefeituras, mas que vão parar nessas ONGs ou em entidades civis, muitas delas sem registro formal ou sem nenhuma qualificação técnica.

Segundo o artigo, nos últimos quatro anos, recursos públicos foram aplicados por associações como forma de driblar a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os Prefeitos lançam mão das entidades para contratar pessoal, e fica para segundo plano o cuidado com a saúde da população. Nas mãos dessas entidades, o dinheiro que deveria ir para as consultas, para os remédios, e para a ampliação dos atendimentos, financia material de escritório, reforma de móveis, refeições, manutenção de veículos, pedágio, e até custas judiciais, que essas ONGs já bancaram para alguns

Prefeitos.

Esse tipo de manobra com o dinheiro público estende-se por todas as regiões do País. Não estamos levantando, repito, nenhuma dúvida sobre o trabalho que algumas dessas ONGs sérias fazem, mas penso que o governo deveria ter uma preocupação muito grande com isso, já que hoje existem 8.600 ONGs. E mais, essas ONGs que não são sérias não tomam dinheiro só no nosso país, mas também lá fora, de pessoas que às vezes acreditam na seriedade delas. Esse dinheiro vem de fora do nosso país para ser aplicado no social, mas acaba sendo desviado aqui dentro. Por isso repito que o Ministério Público tem de ter uma atenção muito especial com essas ONGs.

Elas estão roubando, e digo até que por trás de muitas ONGs, existem políticos inescrupulosos. Não vou citar nomes, pois não há provas, mas, durante o período em que fiquei em Brasília, via alguns Deputados comentarem a respeito de ONG e me assustava, sentia que havia alguma coisa que não era legal. Obviamente, não estou acusando ninguém, mas é obrigação do Ministério Público, do governo e dos parlamentares ajudarem a fiscalizar o funcionamento dessas ONGs. E mais, conclamo meus colegas a instaurarem uma CPI nesta Casa para se investigarem as ONGs, pois muito dinheiro rola por trás disso. Pasmem, há 8.600 ONGs neste país e, de seis anos para cá, mais de 5 mil se constituíram. Não podemos generalizar, mas sou capaz de dizer que a maioria delas surgiu com o único intuito de acobertar desvios de dinheiro por Prefeitos, ou até por seus gestores. Essa coisa é muito séria, e os governos deveriam ter mais atenção na hora de aprovar a criação de ONGs. Há casos de pessoas com processo transitado em julgado na Justiça e que fazem parte de ONG. Isso é um absurdo total. O Ministério Público tem de dar uma atenção muito especial a isso, em vez de se preocupar com coisas pequenas, como às vezes o faz. Não que as coisas pequenas não mereçam atenção, mas costuma-se dar destaque e fazer estardalhaço por coisas pequenas, enquanto as sérias como essa passam batido.

O jornal "Estado de Minas" faz essa denúncia, e eu o parabeno, fazendo-a minha. Tentarei, junto aos meus colegas, abrir uma CPI para se investigar essa questão, porque o povo não merece isso. Esse coitado tem tanta dificuldade para pagar seus impostos, enfrenta fila de SUS, e enquanto isso essas ONGs estão roubando dinheiro do povo. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 1º/9/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Ana Maria Resende

exonerando, a partir de 1º/9/08, Christina Ataíde Vieira do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/08, Mayalú de Souza Vieira do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Márcia Célia e Silva Rodrigues para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

nomeando Rosa Maria de Souza Baptista para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Júlio

exonerando Jonas Aloise Coelho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Deiró Marra

exonerando Pedro Marra Neto do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Roberta Falcucci Melo para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

Gabinete do Deputado Jayro Lessa

exonerando, a partir de 1º/9/08, Aline Barroso Mourão do cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas.

Gabinete do Deputado Juninho Araújo

exonerando Karine Brandão Santana Araújo do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando Rosângela Coelho Galdino para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rêmoló Aloise

exonerando Marcos Vinicius Aloise do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando Regina Aloise Coelho do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;

nomeando Gabriel de Oliveira Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Ruy Muniz

exonerando Giulliana Vieira Mota do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Wilson Gonçalves de Queiroz do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Breno Soares Magalhães para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Lorena Magalhães Moreira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tiago Ulisses

exonerando, a partir de 1º/9/08, Renato Sucasas Delgado Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 1º/9/08, Sônia Vidal Baia Henriques do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas.

Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda

exonerando, a partir de 1º/9/08, Danielle Miranda Fortes do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais – Diário do Legislativo, edição de 30/8/08, que nomeou Evandro de Oliveira Campos para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Eliane Conceição Magalhães Castro Campos para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Garcia Forjaz de Lacerda Dutra do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando João Biondini Junior do cargo de Supervisor de Gabinete, padrão VL-41, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando Katia Akiko de Souza Uejo Lopes do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BPS;

exonerando Valquíria Sucasas Delgado Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 18/9/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição e instalação de equipamentos de som para o plenário e o teatro.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 17/9/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo como finalidade a contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços de adequação das instalações do sistema de prevenção e combate a incêndio do Palácio da Inconfidência, do Edifício Tiradentes e do anexo localizado na Rua Dias Adorno nº 300, Bairro Santo Agostinho, nesta Capital.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão

Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente por meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 1º de setembro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado (donatário): Município de Senador Amaral. Objeto: doação dos seguintes bens móveis inservíveis: 3 microcomputadores (registros patrimoniais nºs 017287, 017288 e 017306). Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

errata

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 30/8/2008, na pág. 51, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Carlos Pimenta", onde se lê:

"Tiago Dias Mais", leia-se:

"Tiago Dias Maia".